

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.545 - SP (2019/0205238-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ELAINE SANTANA DA SILVA
ADVOGADO : ELAINE SANTANA DA SILVA - SP190188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IRANILDO SOARES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de IRANILDO SOARES DOS SANTOS, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl.12):

EMENTA: Habeas Corpus - Tráfico de droga e petrechos para o tráfico de entorpecentes - Insurgência contra a decretação da custódia cautelar - Alegações de ausência de fundamentação da decisão objurgada e dos requisitos da prisão preventiva, bem como de provas da prática do tráfico - Inadmissibilidade - Descabida a pretendida discussão aprofundada, nos angostos lindes do remédio heroico, acerca da prova da prática do crime - Decreto da prisão preventiva, máxime para garantia da ordem pública, mercê da gravidade in concreto de um dos delitos (tráfico de entorpecente), evidenciada pela quantidade razoável de droga apreendida (09 porções de cocaína, com peso bruto de 21,91 gramas), dotada de alto poder viciante, reveladora da periculosidade do agente - Irrelevantes primariedade e bons antecedentes - Descabimento, por inadequação, de qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/2011, mormente em face da norma inscrita no artigo 282, inciso II, do mesmo Código. Mandamus parcialmente conhecido e denegado.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incuso nos arts. 33, *caput*, e 34, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs *habeas corpus* perante o Tribunal de origem em que foi denegada a ordem.

Alega a defesa, em síntese, que estão ausentes os requisitos para prisão preventiva, bem como inexistente fundamentação idônea para constrição cautelar.

Requer, por isso, a revogação da prisão.

Na origem, o processo n. 1500008-78.2019.8.26.0472, consta designação de audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 17/10/2019, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em 30/9/2019.

A liminar foi indeferida (fls. 33-34).

As informações foram prestadas (fls. 37-48)

Superior Tribunal de Justiça

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo não conhecimento da ordem, caso conhecida, pela denegação.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa concessão de liberdade provisória ao paciente, sob o argumento de que estão ausentes os requisitos para prisão preventiva e inexistente fundamentação idônea para constrição cautelar.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do édito prisional cautelar (fls. 61-62):

[...] Com relação à representação pela decretação da prisão preventiva do acusado, formulada pelo Ministério Público (fls. 50/52), entendo que tal postulação deve ser deferida.

Com efeito, os elementos de convicção produzidos até o presente momento demonstram **comprovada a materialidade e indícios suficientes de autoria, estes representados pelo entorpecente apreendido e pela prova testemunhal acostada aos autos.**

A acusação que pesa contra o réu é grave, ou seja, de tráfico de entorpecentes, denotando periculosidade acentuada, de modo que é necessária a sua custódia para garantia da ordem pública e a aplicação da Lei Penal.

Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, presentes as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva: garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, com fulcro nos artigos 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de IRANILO SOARES DOS SANTOS [...]

Note-se que o decreto de prisão destacou a necessidade da custódia apontando que há gravidade nos fatos praticados, sem demonstrar concretamente sua caracterização, e justificou a medida extrema mencionando que *A acusação que pesa contra o réu é grave, ou seja, de tráfico de entorpecentes, denotando periculosidade acentuada, de modo que é necessária a sua custódia para garantia da ordem pública e a aplicação da Lei Penal* (fl. 62).

Assim, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não havendo divergência nesta Sexta Turma do Tribunal a respeito

Superior Tribunal de Justiça

desse tema, deve ser reconhecida a ilegalidade.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente IRANILDO SOARES DOS SANTOS, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

